

## EDITORIAL

A Revista e-Curriculum, com satisfação, inicia um novo ano com a aquisição pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo do *Digital Object Identifier* (DOI). Com isso, os artigos publicados passam a ter um identificador, o que facilitará as buscas com finalidades de pesquisa acadêmica no ambiente digital.

Estão previstas, ao longo das quatro edições de 2017, a publicação de artigos da demanda contínua recebida pela Revista, que têm sido propostos por autores nacionais e internacionais. Além dessas publicações, estão previstos dois dossiês com temáticas relevantes para a área da Educação e para o campo do currículo, que comporão respectivamente as edições de junho/setembro e de outubro/dezembro.

Esta edição oferece doze artigos cujo foco é o currículo.

Joaquín Paredes-Labra, Ada Cristina F. Cortina e Carmen de Andrés Viloria analisam a organização do currículo e a formação de docentes em escolas que incorporam tecnologias que são disponibilizadas pelo Programa “um computador por aluno”. O artigo “La escuela que transformó el currículo con tecnología. Desafíos para sus docentes y la formación que necesitan” demonstra que os docentes mudaram princípios de articulação do currículo com base na organização de equipes, no diálogo com a comunidade e na resolução de necessidades de formação.

Lourdes Maria Bragagnolo Frison da Universidade Federal de Pelotas, Ana Margarida Veiga Simão da Universidade de Lisboa e Juliana Ribeiro estudante da Universidade Federal de Pelotas, no artigo “Aprendizagens na docência: Pibid e a formação de professores”, analisam a participação de dezoito bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). As autoras identificam a necessidade de as bolsistas investirem em estratégias autorregulatórias para potencializarem suas aprendizagens e práticas de ensino realizadas nas classes de alfabetização em que atuaram

Marta Regina Furlan de Oliveira e Zuleika Aparecida Claro Piassa da Universidade Estadual de Londrina, em artigo intitulado “O currículo escolar oficial como expressão objetiva da razão subjetiva”, discutem a ideia de que o currículo escolar, oriundo do contexto histórico, materializa na escola a razão subjetiva em detrimento da razão objetiva. Expõem como essas razões se materializam no currículo escolar por meio dos objetivos e conteúdos, revelando que o currículo escolar para as massas nasceu como um projeto social para alavancar o desenvolvimento econômico industrial e trouxe consigo as profundas marcas da

razão subjetiva.

O texto de Pedro de Carvalho Pontual, presidente do Conselho de Educação Popular da América Latina (CEAAL), “Educação popular e incidência em políticas públicas”, apresenta a temática da participação cidadã e da incidência desta nas políticas públicas procurando explicitar o sentido, os critérios e as metodologias que orientam as práticas de educação popular. Destaca que no âmbito do CEAAL, tal temática é assumida como um dos eixos estratégicos de intervenção da educação popular nesse momento de tantas transformações pelas quais passam a América Latina e o mundo.

Tarliz Liao e Jussara Martins Albernaz da Universidade Federal do Espírito Santo, no artigo “Currículo mínimo de matemática proposto pela SEEDUC/RJ: pontuações acerca do processo de elaboração e instituição”, evidenciam o processo de elaboração e instituição do currículo mínimo de matemática promovido pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ). Evidenciaram a contradição existente entre as ideias do Currículo Mínimo e a legislação vigente, negando a dialética educacional e a retórica da Matemática acadêmica enquanto disciplina escolar.

O texto de Paulo Sérgio Garcia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, “Avaliação da participação de professores na construção do currículo de ciências: fatores intervenientes no condicionamento dos avanços”, analisa a participação de professores, possibilidades e limitações, na construção do currículo de ciências para as escolas públicas de ensino fundamental de uma das cidades mais ricas do Brasil. Os resultados revelaram que a participação docente, com intensidades diferentes, induziu às questões de formação e à colaboração, oferecendo dados importantes para os cursos de formação de professores, para os formadores e para os gestores escolares quanto aos espaços destinados, entre outras coisas, à formação continuada.

A questão das políticas públicas voltadas ao combate da homofobia é posta em foco no artigo “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do *kit gay* do MEC, de Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio da Universidade Estadual do Paraná. São analisadas as estratégias dessas políticas, que acabaram sendo abortadas pelo MEC, o que ocasionou a manutenção do *status quo* da discriminação contra a população LGBTQIA.

Elize Keller-Franco do Centro Universitário Adventista de São Paulo e Sonia Bessa da Universidade Estadual de Goiás defendem que o currículo integrado é uma alternativa viável

na formação inicial de professores, em contraposição ao paradigma curricular tradicional. Como sugere o título “Construindo alternativas para a formação inicial de professores: a percepção de estudantes de pedagogia sobre a abordagem curricular integrada”, o foco do artigo está na experiência de estudantes do curso de Pedagogia sobre essa abordagem curricular, que tem resultados positivos.

Priscila de Lima Verdum, Marília Morosini do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e Lúcia Giraffa Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no texto “A formação inicial de professores para a educação básica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: potencialidades e desafios na visão de gestores”, discutem potencialidades e desafios na formação inicial de professores para a Educação Básica, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Destacam como resultados a necessidade de que essas instituições criem espaços de formação e reflexão para os professores formadores e desenvolvam diagnósticos sobre os cursos de licenciatura no contexto dessas instituições.

Em “A formação do currículo universitário: estudo de caso sobre o projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo”, Paula Dutra Leão de Menezes e Célia Regina Teixeira da Universidade Federal da Paraíba discutem a construção do currículo dos cursos voltados ao Turismo. Elas observam uma forte presença de influência das teorias pós-críticas combinadas a uma racionalidade técnica, definindo claramente os perfis profissionais de acordo com as necessidades do mercado.

Em “Formação continuada de professores em tecnologia: a “ousadia” na dialogicidade entre a universidade e a escola,” Gláucia da Silva Brito, Ariana Gerzson Knoll e Michele Simonian da Universidade Federal do Paraná, apresentam os resultados de uma experiência do Grupo de Estudo e Pesquisa Professor, Escola e Tecnologias Educacionais (Geppete) que planejou, desenvolveu e avaliou a formação “Tecnologias e Educação na Cibercultura”, integrante do projeto de formação continuada de professores – EduPesquisa. Demonstram, como resultado, a relevância da parceria entre universidade e escola para a experiência de formação continuada dos professores.

Agradecemos a todos os autores, pareceristas e equipe técnica que conosco colaboraram.

Desejamos uma boa leitura a todas e a todos.

**Comissão Editorial**